



ENTRE CONCEPÇÕES E DIREITOS: o que pensam os jovens universitários de origem popular sobre políticas públicas para juventude?

Gabriele Silva dos Santos¹
Louise Storni Vasconcelos de Abreu²
Luciana Campos Golarte³
Milena Martins Medina⁴

1. Introdução

Este artigo foi produzido pelos estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), integrantes do “Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares”, iniciado em agosto de 2006, que possui como uma das metas promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando subsidiar ações que ampliem o acesso, a permanência e o sucesso de alunos de origem popular nas Universidades Públicas. Dentro do Programa Conexões de Saberes, participamos do eixo de pesquisa intitulado: “Condições de permanência dos estudantes de origem popular no espaço acadêmico”. Nesse grupo, delimitamos como objetivo conhecer o modo como os jovens - que integram os Diretórios Acadêmicos da UNIRIO - pensam sobre as Políticas Públicas que os favorecem, especificamente aquelas que estão relacionadas às questões de acesso e permanência qualificada nas Universidades Públicas. Porém, no decorrer do trabalho, encontramos dificuldades em entrar em contato com esses Diretórios, com intuito de realizar entrevistas tanto individuais quanto coletivas, por meio do grupo focal⁵.

Diante das dificuldades de integração, fomos levados a redirecionar o caminho metodológico, passando, então, a focar a pesquisa nos jovens pertencentes a outras universidades

¹ Graduanda. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gabidossantos26@yahoo.com.br

² Graduanda. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: loustorni@hotmail.com

³ Mestranda. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: camposgol@ibest.com.br

⁴ Graduanda. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: millymmeg@yahoo.com.br

⁵ Nesse grupo focal visamos realizar um debate onde cada participante teria vez e voz para expressar suas opiniões sobre a temática Políticas Públicas.



do Estado do Rio de Janeiro⁶. Tendo em vista que nos dias 25 e 26 de junho de 2007, iria ocorrer o Fórum de Estudantes de Origem Popular (FEOP), no Auditório Paulo Freire na UNIRIO, onde estariam reunidos diversos estudantes de várias universidades, aproveitamos para distribuir um questionário, contendo cinco perguntas sobre o Tema Políticas Públicas voltadas para a Juventude, que foram devolvidos pelos estudantes no final do evento.

As respostas foram analisadas mediante o processo metodológico de Análise de Conteúdo contando, também, com uma pesquisa bibliográfica que trata sobre Juventude e Políticas Públicas. A partir das respostas obtidas dos alunos presentes no FEOP, nos deparamos com a necessidade de refletir um pouco mais sobre o que é a juventude no contexto das Políticas Públicas, a fim de chegar ao ponto que nós queríamos descobrir, ou seja, como os jovens pensam as Políticas Públicas destinadas para eles.

2. Juventude ou Juventudes?

Partimos, então, para a primeira indagação suscitada no grupo de estudos: “O que é ser jovem?” Filosoficamente, podemos dizer que ser jovem é um estado de espírito sendo a capacidade de manter a mente e o corpo em pleno vigor, porém, conceituar e definir o termo juventude não é tarefa fácil, pois ele comporta vários sentidos, sendo caracterizado de acordo com as diferentes realidades e vivências de cada jovem.

Em princípio, a idéia de juventude está ligada a uma condição de transitoriedade - período de preparação, formação e estudo para a vida adulta -, para que ao final desta fase o sujeito esteja preparado para o trabalho. Dentro dessa perspectiva, a juventude é tida como um tempo para experimentações: de liberdade, de prazer, fase marcada pela irresponsabilidade, que faz parte de um período onde estão presentes instabilidade e crise com a auto-estima, com a família e com a personalidade. Do ponto de vista demográfico, o termo juventude é uma fase, compreendida entre os 15 a 24 anos⁷, que não limita a diversidade, pois os sujeitos vivem situações de vida diferentes influenciadas por aspectos regionais, étnicos etc.

A importância das situações por que passam os jovens desta faixa etária, marcada por fatores que influenciam diferentes juventudes, vêm sendo tratada por Abramo (2005) através

⁶ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO; Universidade Federal Fluminense-UFF; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ; Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-RJ.

⁷ Faixa-etária definida pela Organização das Nações Unidas (ONU), porém não é um consenso, variando entre 14 ou 15 anos aos 25 ou 30 anos.



da Pesquisa intitulada “Perfil da Juventude Brasileira”. Nesta pesquisa, os dados coletados de um grande público juvenil, mostram que devemos pensar o jovem não como um vir à ser, mas, sim, como um sujeito que vive o aqui - agora, que já experimenta aquilo que é esperado na vida adulta, como a responsabilidade de manter a família, filhos e trabalho.

Essa vivência nos grandes centros urbanos vem se dando juntamente com a entrada cada vez mais prematura dos jovens no mercado de trabalho, que continuam estudando apesar da presença das greves, dos baixos investimentos do governo em qualificação profissional e material das escolas. Enfim, apesar das inúmeras dificuldades existentes nas escolas públicas de periferias, a educação para o público juvenil, que precisa conciliar o trabalho com o estudo, constitui uma forma possível para se lutar por uma vida com mais oportunidades. Contudo, a reflexão sobre o jovem, que precisa conciliar trabalho e estudo que reside em comunidades populares é muito recente, uma vez que há bem pouco tempo no Brasil, se pensava em juventude como uma categoria relacionada aos sujeitos das classes mais altas da hierarquia social.

Segundo Abramo (2005), até 1960 no Brasil, a vivência da juventude era restrita aos jovens de classe média que se envolviam em movimentos estudantis. Eles são tidos, neste contexto, como símbolos de luta, de reivindicação e de esperança ao mesmo tempo em que contestam as estruturas fechadas e burocráticas das instituições em que estão inseridos. Na década de 1980, falava-se também dos jovens de outros segmentos sociais a partir de questões ligadas ao cuidado e à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco. Essas discussões se ampliaram e motivaram a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Desse período, até a atualidade, vêm se intensificando cada vez mais na mídia os possíveis riscos dos jovens ligados tanto às doenças/prevenções quanto a criminalidade, podemos notar a todo o momento na mídia, que se fala dos jovens envolvidos com drogas, DST/AIDS, gravidez precoce e criminalidade. Concomitante a essas imagens, temos notado jovens ligados a expressões culturais, tais como a música e o grafite, que denunciam as contradições e desigualdades sociais que os afastam da possibilidade de serem sujeito de direitos.

Por todas as contradições (sociais, culturais e econômicas) presentes em nosso país, é preciso ter atenção quando vamos falar de jovem, pois, não é possível mais considerar o termo juventude como único, homogêneo, preso a critérios rígidos, como uma etapa com um fim predeterminado e muito menos como um momento de preparação que será



superado com o chegar da vida adulta. Não há uma única forma, mas sim várias formas de considerar o jovem, por isso, o termo deve ser considerado atualmente como “juventudes”, levando em conta a sua heterogeneidade, a diversidade de perfis, de especificidades e aos mais variados contextos sociais e circunstâncias.

3. Políticas Públicas: Para ou com a juventude?

Em sua mais simples acepção, a idéia de políticas públicas para juventude está relacionada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto, compreendendo diversos níveis na relação entre o Estado e a sociedade civil. Fazendo um breve balanço das Políticas Públicas para a Juventude no Brasil, podemos afirmar que os primeiros programas específicos realizados na década de 1980 destinados aos jovens são marcados pela ênfase na área da saúde e, sobretudo, na prevenção (DST/AIDS, drogas, acidentes de trânsito e gravidez precoce). No plano das políticas públicas federais, sobretudo a partir da década de 1990, as ações tendem a ver o jovem próximo dos chamados riscos sociais ligados à expansão do crime organizado e da violência urbana, portanto, são políticas desenvolvidas para resolver problemas na área, da segurança pública, do trabalho e do emprego.

Desse modo, a juventude é vista como um período em que os sujeitos estão mais próximos às situações de riscos ligados à criminalidade, por exemplo, o que gera a construção de ações que visam a ocupar o tempo livre do jovem, especialmente, os de baixa renda, por meio de programas esportivos, culturais e de trabalho. Com a propagação de mortes violentas de jovens ou por eles protagonizadas, a partir da década de 1990, também podemos notar uma associação das mortes com o narcotráfico e o consumo de drogas lícitas e ilícitas. Assim, a temática da criminalidade predomina o direcionamento das políticas públicas para os jovens, não somente para os das classes com renda mais baixa, mas, também, para os jovens oriundos das classes médias. Em 2000, a idéia de controle permanece, mas, agora voltada para a prevenção do delito ou acesso ao mercado de trabalho, uma vez que o jovem como ameaça social, tem no trabalho, a possibilidade de não se envolver com a criminalidade. Ao mesmo tempo em que esse tipo de política pública é fomentada, notamos que setores da sociedade brasileira têm se voltado para a discussão sobre jovens e adolescentes como sujeitos de direitos, que não devem ser controlados por serem potencialmente criminosos, mas, sim,



sujeitos que precisam estar participando da construção das políticas para eles destinadas. De acordo com Iulianelli (2003):

No Brasil, já há alguns anos estão sendo construídas diversas ações que são declaradas, em geral por educadores, como ações de protagonismo juvenil. Em certa medida, poderíamos afirmar que educadores de Pernambuco - como Joana Santos, da Escola de Formação Quilombo de Palmares-, de São Paulo - como Marília Sposito e Helena Abramo, da Ação Educativa-, e do Rio de Janeiro- como Lorenzo Zanetti, da Federação de

Órgão de Assistência Social e Educacional (Fase)-, iniciaram essa ressemantização. Experiências como a construção da Rede Jovens do Nordeste, o Centro de Jovens, em São Paulo, ligado a Ação Educativa, e o acompanhamento de grupos juvenis, em especial o Afro Reggae, pela Fase, permitiram isso. (IULIANELLI, 2003, p.72)

Por mais que novos discursos sobre os jovens como sujeitos de direitos estejam ocupando o debate de diversos grupos envolvidos com essa questão, ainda é preponderante a presença de poucos jovens na política partidária e, portanto, as decisões sobre a juventude acabam sendo tomadas por políticos mais experientes. Mediante a este fator, podemos afirmar que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os jovens possam realmente exercer o chamado protagonismo⁸. É preciso que os jovens deixem de ser vistos como coadjuvantes que precisam de segurança pública e de assistência social. Deste modo, as políticas públicas para a juventude precisam ser pautadas no fomento dos direitos que esse segmento social precisa ver garantido. Sendo primordial que a juventude se organize por meio das várias expressões culturais e sociais das quais participam, seja na escola, na rua, nas universidades, nas igrejas, enfim, que passem a falar e a refletir sobre as políticas públicas destinadas para juventude, para que seja possível trocar a preposição “para” pela preposição “com”, sendo as políticas públicas formuladas com a juventude.

4. Os caminhos da Pesquisa.

Ao longo do trabalho investigativo, buscamos pensar os jovens como sujeitos capazes de construir e formular idéias condizentes ao ideal de mundo com menos desigualdades sociais, culturais e econômicas. Deste modo, dentro da UNIRIO, acreditamos que esse tipo de

⁸ A expressão protagonismo juvenil emerge na segunda metade dos anos 1980, ligado a idéia de empoderamento que inclui participação, direitos e responsabilidades, capacidades de realização e integração social. Propriamente, protagonismo é um modelo pedagógico-político de ação. É uma ação educativa que relaciona jovens e educadores- ou somente jovens- na construção de um processo de intervenção sociocultural. (IULIANELLI, 2003 p.71).



jovem que está na luta por direitos seria encontrado nos diretórios acadêmicos (DAs), pois esses espaços, de acordo com nossos estudos, constituíram na década de 60, locais que contestavam e criticavam as decisões e os formatos das instituições universitárias.

Pensamos em utilizar entrevistas, na medida em que a maioria das pesquisas sociais utiliza esse instrumento. Porém, o contato com os jovens que integram os DAs da UNIRIO foi muito dificultado por vários motivos, dentre eles: os horários das disciplinas, os locais onde costumam se encontrar, bem como, a própria inexistência de determinados Diretórios Acadêmicos. Assim, escrevemos uma carta contendo cinco perguntas sobre políticas públicas para a juventude e enviamos aos DAs, na esperança de ao responderem diretamente os questionários, surgirem dados não intencionais que poderiam revelar muito mais do que os DAs pretendiam. Depois de uma semana de espera, tivemos apenas uma resposta em que os estudantes diziam que não iriam responder sem consultar o grupo, então, o tempo de espera para conseguir as informações poderia dificultar o nosso trabalho, fazendo com que repensássemos um outro modo de colher as informações desejadas.

Como uma alternativa interessante, vimos que as questões deveriam ser ampliadas para todos os alunos, jovens da universidade. Aproveitamos, então, o FEOP ocorrido em nossa universidade colocando em cada uma das pastas um questionário que poderia ser preenchido a partir do interesse de cada estudante. Nesse fórum, deixamos bem claro que ninguém era obrigado a responder e que iríamos preservar o anonimato, pois apenas identificaríamos o curso e Universidade em que estudava. Desta maneira, finalmente, conseguimos receber 18 questionários preenchidos e, assim, vimo-nos diante da necessidade de analisar esses dados de uma maneira mais sistemática. Para tanto, elegemos a Análise de Conteúdo, pois é um método de análise de texto desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais empíricas, que faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais.

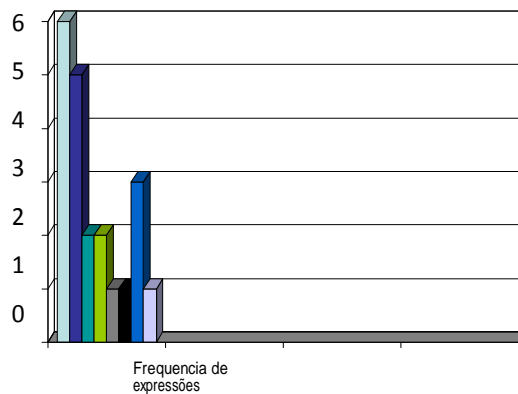
A Análise de Conteúdo reduz a complexidade de uma coleção de textos. A classificação sistemática e a contagem de unidades do texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de suas características. A análise de conteúdo é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetiva. Ela deve ser julgada não contra uma leitura verdadeira do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e suas congruências com a teoria do pesquisador,



e à luz do seu objetivo de pesquisa, não podendo nem avaliar a beleza, nem explorar as sutilezas de um texto particular.

Através da reconstrução de representações, nós somos capazes de inferir a expressão das vivências e o apelo através desses contextos, permitindo reconstruir indicadores e visões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos. Enfim, podemos dizer que Análise de Conteúdo foi desenvolvida na pesquisa para a análise de materiais textuais, especificamente, materiais impressos. Assim, organizamos as respostas a partir de palavras/expressões que mais se repetiam ou refletiam a mesma idéia. Então, relacionamos essas quantidades construindo um gráfico que dá uma visão geral das resposta

O que você entende por políticas Públicas?



- Medidas tomadas pelo Estado
- Ações para camadas menos favorecidas
- Melhoria da qualidade de vida
- Não sabe
- Viabilizar services públicos
- Políticas de acesso e permanência nas IFES
- Confunde o conceito de Políticas Públicas
- Medidas do Estado e da Sociedade Civil



Ao analisar o gráfico, podemos perceber que para a maioria dos entrevistados política pública é entendida como medidas tomadas pelo Estado, seguida da idéia de ações voltadas para as camadas menos favorecidas. De fato, reconhecemos a partir de Carrano (2003), que as Políticas Públicas tanto podem nascer da Sociedade Civil Organizada, quanto dos Governos Federais, Municipais ou Estaduais. Contudo, sabemos que as ações nascem de demandas sociais e por isso nem sempre voltadas para os grupos menos favorecidos economicamente. Sendo assim, percebemos que no meio universitário é importantíssimo haver não só acesso aos conteúdos e conhecimentos ligados às áreas de Graduação, mas, também, debates que favoreçam os alunos na ampliação de seus saberes também relacionados com as políticas públicas e toda a discussão que esse saber envolve.

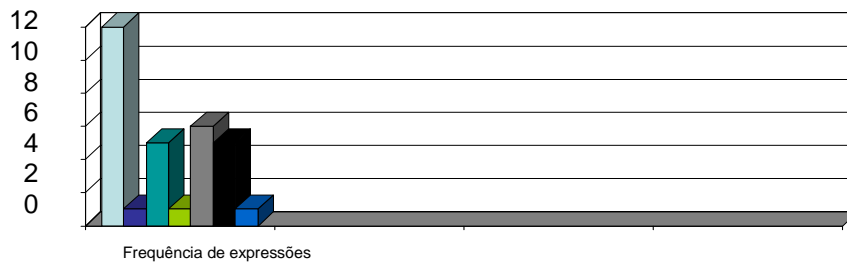
No segundo gráfico, que trata sobre a universidade, onde é questionado se ela é um espaço de direito, verificamos que 12 (doze) dos respondentes referem que o investimento em Educação Básica é o mecanismo que ampliaria esse direito, 06 (seis) mencionaram que deve ser repensada a forma de ingresso na Universidade, 05 (cinco) percebem que as Políticas de Ações Afirmativas / cotas e a garantia de permanência dos EOPs é o que vai garantir a democratização do acesso e 01 (uma) pessoa fala sobre ampliação de vagas e na criação de mais Universidades. Sendo assim, os jovens universitários acabam por confirmar que ainda se faz urgent investimentos na Educação, não somente de nível superior, mas, também, da Educação Básica.

Estudos sobre juventude e escola, realizados por Sposito (2003) nos demonstram que, no contexto da década de 1990, o aumento das oportunidades educacionais ocorreu concomitante a uma forte crise econômica, que estagnou o crescimento e acentuou as desigualdades sociais. Essa crise também assola a escola básica, pois se verifica que os recursos para educação diminuíram em vez de se observar um incremento, que poderia acompanhar o elevado índice de matrículas. Portanto, o acentuado investimento na Educação Superior passa a ser um meio criado para minimizar esse quadro de desvalorização da Educação Básica. Notamos, nessa mesma década, a criação de medidas como o estabelecimento de cotas, onde 50% das vagas são destinadas para estudantes provenientes de escolas públicas, incluindo critérios econômicos, étnicos e raciais, conforme Projeto de Lei 3627/2004, consideradas Políticas de Ações Afirmativas e, portanto, têm caráter provisório,



sendo necessárias ações que reformulem o Ensino Básico.

A Universidade é um espaço de direito? Em caso afirmativo, como tornar a entrada na universidade um direito de todos?



- Investimento em educação básica
- Ações afirmativas / políticas de Cotas
- Repensar a forma de ingresso
- Através de ações dos EOP's
- Ampliação de vagas nas universidades
- Criação de mais Universidade
- Garantir a permanência dos EOP's

Outra medida, medida sugerida pelos entrevistados, seria repensar a forma de ingresso que é feito através do vestibular, sendo esse um sistema meritocrático que parte do princípio que todos tiveram a mesma oportunidade e a mesma qualidade de ensino.

Criar novas Universidades e a ampliar o número de vagas são medidas importantes a serem tomadas em conjunto com investimentos, que reformulem a educação pública de base, sendo uma das maneiras, se não a mais eficiente, que garanta oportunidades iguais aos indivíduos que almejam ingressar na Universidade Pública.

Entrar na universidade, contudo, não é o que garante a mudança do quadro de desigualdades (sociais, culturais, educacionais e econômicas) existentes no nosso país, mas, sim, é preciso garantir a permanência qualificada nas universidades. Podemos verificar que para isto ser possível, de acordo com o terceiro gráfico, deve haver um maior incentivo à assistência estudantil ao lado de uma política de bolsas que demonstra, mais uma vez, que a questão financeira é o que mais atinge os estudantes de origem popular.



O que facilita a permanência na Universidade?

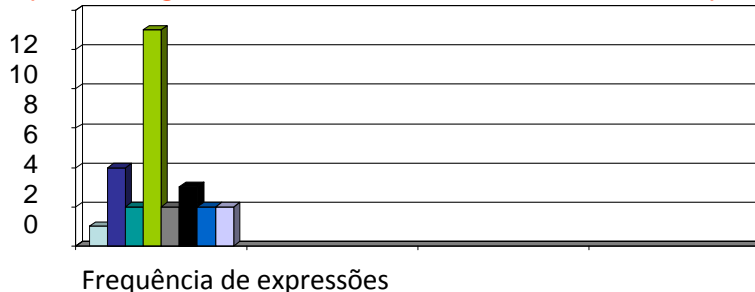


Frequência de expressões

Assim, notamos que no gráfico acima, para 11 (onze) estudantes a política de permanência é o que pode ajudar uma formação universitária com mais qualidade e sucesso, refletindo, de certo modo, a consciência dos estudantes em relação a existência de políticas públicas em especial, as de permanência. Em segundo lugar, repetida 04 (quatro) vezes, ficaram os gastos com a permanência nas IFES, que é importante, pois reflete a ausência de alojamentos, transporte gratuito, bibliotecas estruturadas, entre outros, que favoreçam a diminuição dos gastos dos universitários durante suas atividades diárias nas IFES. Em terceiro lugar, com 03 (três) respostas ficou a exclusão sócio-econômica. Em quarto lugar com 04 (quatro) pontos ficou a defasagem no ensino básico, pois há o problema do estudante passar para universidade, pois, por falta de estrutura no ensino básico, não conseguem acompanhar o ritmo do seu curso universitário; também há falta de estímulo para permanecer na universidade que advém da não identificação com o espaço da IFES e/ou curso, o que se deve muito pela pouca idade com que os estudantes entram para universidade sem ter a maturidade para escolha de seu curso e, por não está preparado para viver no espaço universitário, assim, acaba não desenvolvendo uma identificação com sua IFE.



Porque há um grande índice de evasão nas universidades públicas?



- Falta de Compromisso com o Curso
- Necessidade de Trabalhar
- Não se identifica com espaço da IFE ou com o Curso
- Falta de estímulo para permanecer na Universidade

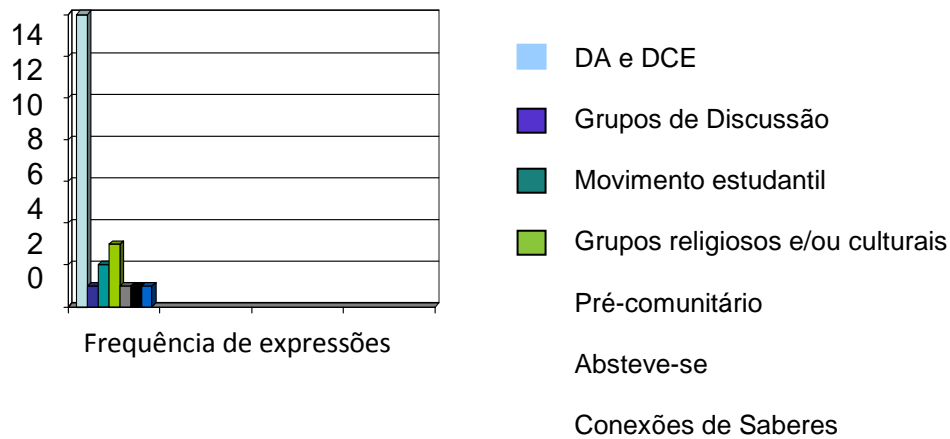
- Gasto com a permanência na IFES
- Ausência de políticas de Permanência
- Exclusão socio-econômica
- Defasagem no ensino básico

Outro dado colocado foi a necessidade de trabalhar, pois muitas vezes para sua manutenção na universidade, a ajuda financeira dos pais não é suficiente e para os estudantes emancipados nem sempre tal ajuda existe, fazendo com que o estudante trabalhe não só para arcar com as despesas universitárias, mas, também, com os gastos de sua sobrevivência. Ainda não esquecendo dos cursos de período integral em que o trabalho faz com que o estudante abra mão de cursar algumas matérias ou até trancar o período, acarretando no abandono do curso. E com apenas (01) uma colocação ficou a falta de compromisso com o curso, o que levaria a saída do estudante da universidade pública.

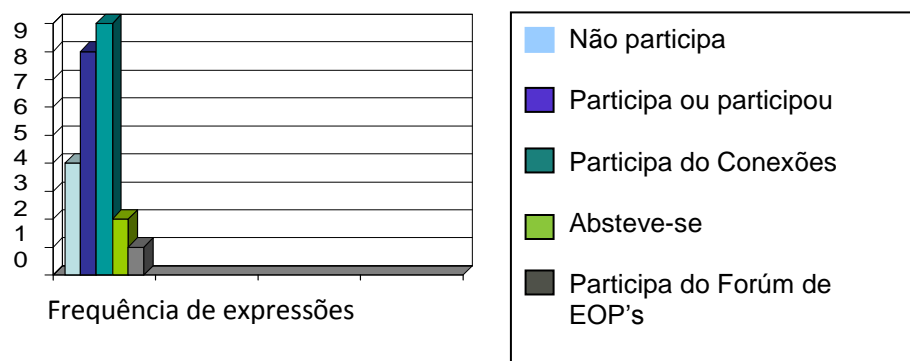
Nos gráficos abaixo, podemos identificar que 08 (oito) pessoas responderam que participam ou já participaram de algum movimento social enquanto 04 (quatro) ainda não participaram. Outras 09 (nove) participam do Programa Conexões de Saberes, 1 (uma) participa do fórum dos EOP's (estudantes de Origem Popular) e 1 (uma) outra absteve-se de responder. Nesse quadro, podemos perceber que a maioria dos entrevistados está engajada em algum movimento social, normalmente em grupos de discussões, pré-comunitários e no próprio Conexões de Saberes. Fazendo uma análise geral e quantitativa é perceptível que a grande maioria diz se engajar no DA ou DCE e as outras respostas com menor expressividade é o engajamento em grupos religiosos e/ou culturais. Embora os jovens tenham assumido participação em grupos, poucos demonstraram ter conhecimento sobre políticas públicas.



Na sua Universidade os jovens articulam-se de alguma forma? Como?



E você já se engajou em algum movimento social?



Ainda podemos notar que os jovens já haviam se engajado, em alguma modalidade movimento social, antes de entrar no Programa Conexões. Isso nos leva a pensar que os estudantes procuram integrar-se em movimentos de reivindicação social, para terem voz e voto em decisões que podem afetar sua vida no presente e em seu futuro. O jovem tem se tornado um dos principais atores de mobilização coletiva. Nesse sentido, precisamos reconhecer a juventude como um grupo social estratégico, que pode atuar coletivamente como sujeitos de direitos e fazer surgir um movimento juvenil na construção de uma nova relação entre Estado e Sociedade, portanto é importante considerar também o espaço acadêmico.

5. Conclusão



De acordo com a pesquisa realizada e os estudos bibliográficos previstos na construção deste artigo é perceptível a necessidade de uma maior participação do jovem na construção das Políticas Públicas destinadas a ele sendo preciso questionar sobre quem está fazendo a política a fim de que correspondam às necessidades reais dos jovens e, dessa maneira, os seus direitos serão garantidos. A participação do jovem em políticas públicas permitirá que essas sejam empregadas com uma maior eficiência. O movimento juvenil como um espaço de reivindicação ainda precisa progredir na construção de identidades comuns, não no sentido de homogeneizar, mas, sim, para possibilitar sentimentos de pertencimento e de convergência de idéias. Isso poderia evitar por sua vez, políticas públicas como uma “receita de bolo” aplicável a todos os tipos de jovens. Devemos levar em consideração as diferentes situações que permeiam a juventude. Situações estas que ajudam a compor um retrato de diferentes juventudes, marcadas por questões de gêneros, de etnia, de grupo social, enfim, por diferenças que devem ser levadas em conta para que as Políticas Públicas sejam mais eficazes.

Os jovens precisam ser incentivados a participar da construção destas ações já que como podemos notar, nos questionários realizados, muitos desconhecem o que são políticas públicas ou as confundem com outros tipos de ações. Por outro lado, muitos se mostram potencialmente capazes de atuarem na formulação e avaliação das políticas públicas. Especialmente, os jovens que estão no espaço acadêmico, entendendo que a entrada e a permanência na universidade é um direito de todos, e que disso depende, como fator primordial, da melhoria da Educação Básica e uma maior assistência estudantil. A política pública para juventude não deve reduzir-se a criação de programas e ações que ampliem a assistência de fatores básicos, devem, sim, estar de acordo com os projetos dos jovens e com seus anseios.

A pesquisa realizada durante o FEOP trouxe um dado novo ao estudo a cerca de políticas públicas, pois teve como objetivo saber a opinião dos jovens sobre as políticas desenvolvidas para a permanência na universidade. Desta maneira, é possível que esse estudo possibilite o movimento dos jovens em prol da melhoria de sua realidade seja ou não dentro da universidade e na busca de um melhor entendimento sobre o tema aqui referido. O que pode vir a resultar na busca e reivindicação de melhores condições de desenvolvimento humano e participação cidadã dentro da sociedade brasileira.

6. Referências Bibliográficas



ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Org.). Retratos da Juventude Brasileira. Análise de uma Pesquisa Nacional. Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues; SPOSITO, Marília Pontes. Os jovens na relação sociedade-estado: entre “problemas sociais” e concepções ampliadas de direitos. Rio de Janeiro: s.n. 2003

IBASE. Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas: relatório geral/IBASE; [coordenação-geral Itamar Silva; coordenação adjunta Anna Luíza Salles Souto; coordenação técnica Sebastião José Martins Soares.] Rio de Janeiro: IBASE; São Paulo, SP: PÓLIS, 2006, CD. ROM.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: Construindo processos-o protagonismo juvenil. In: Jovens em tempo real: DP&A, 2003.

PINHEIRO, Diógenes. Panorama atual do debate sobre juventude. In: PINHEIRO, D.; MOURÃO Sá, M.S.M. e SOUZA, M.E.V. Pesquisa em Educação e Projeto Político Pedagógico 2, v.3. Rio de Janeiro: Editora Fundação CECIERJ, 2004, p. 65-72.

_____. Políticas sociais para a juventude no Brasil. In: PINHEIRO, D.; MOURÃO Sá, M.S.M. e SOUZA, M.E.V. Pesquisa em Educação e Projeto Político Pedagógico 2, v.3. Rio de Janeiro: Editora Fundação CECIERJ, 2004, pp. 73-82.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: Retratos da Juventude Brasileira. Análise de uma Pesquisa Nacional. Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

<http://portal.Mec.gov.Br>